

O DICIONÁRIO

Utopia

Renato Di Ruzza

Institut d'Ergologie de l'Université de Provence
29, Avenue Robert-Schuman
13621 Aix-en-Provence
renato.diruzza@univ-provence.fr

Na história das ideias, os utopistas ocupam um lugar particular: o seu problema não era o de teorizar sobre a sociedade na qual viviam até para melhor a compreender para melhor a transformar, mas de mostrarem os seus defeitos, as taras e as contradições contrapondo-lhe uma organização económica e social imaginária na qual uns e outros estavam abolidos. Imaginar uma «sociedade ideal» era para eles fazer a demonstração que ela era possível, e era possível aceder-lhe por menos que sejam respeitados os grandes princípios como a Justiça, a Moral ou a Razão.

Mesmo se o nascimento oficial é datado da obra de Thomas More (1487-1535) intitulada *Utopia* em 1516 (utopia: «lugar que não existe», mas também «lugar de felicidade», é habitual fazer remontar a tradição utópica a Platão [A República]). Mas na realidade, a grande época do *utopismo* situa-se no século XIX: os malefícios do capitalismo e da industrialização conduzem a que numerosos pensadores a tentarem imaginar um outro mundo possível, e de mostrar assim que a sociedade capitalista não era de todo uma «ordem natural» como pretendiam fazer crer os seus defensores. E como frequentemente, o capitalismo vencê-los-á: sob ataques violentos da ideologia liberal e do pensamento marxista, são apresentados no século XX como sonhadores do impossível. Neste início do século XXI, a questão permanece em aberto: os malefícios do capitalismo, que se prendem particularmente com o trabalho, voltarão a dar um novo vigor à tradição utópica, ou deveremos considerar que todo o projecto de uma «sociedade ideal» é impensável?

Pensar o possível

Os primeiros setenta anos do século XIX assistem à conclusão da instalação do capitalismo. A burguesia triunfa: a industrialização da Grã Bretanha e da França prossegue, o maquinismo desenvolve-se, as grandes fábricas aparecem, agrupando centenas, por vezes milhares de operários cujas condições de vida e de trabalho são deploráveis. Os dirigentes das empresas exigem dos seus assalariados jornadas de trabalho cada vez mais longas em contrapartida de salá-

rios cada vez mais reduzidos; eles substituem, sempre que possível, os homens pelas mulheres e pelas crianças que produzem o mesmo trabalho por salários mais baixos. Os relatos das condições de trabalho nas fábricas começam a comover uma certa franja da opinião pública, como no caso em 1829, uma revista britânica publica a história de Robert Blincoe, uma das crianças empregada numa fábrica: rapazes e raparigas, com a idade de dez anos, são aí chicoteadas de dia e de noite não apenas devido à mais ligeira falta, mas para estimular a sua «produtividade»; para se alimentarem, devem disputar com os porcos um caldo repugnante numa manjedoura comum, os seus chefes batem-lhes com pontapés e socos, abusam sexualmente deles; estas crianças estavam praticamente nuas no frio do inverno, os seus dentes estavam limados e eles trabalhavam de catorze a dezasseis horas por dia! É desde logo compreensível que relatórios «oficiais» mais aprofundados, mais globais e mais rigorosos sejam produzidos: os relatórios Ashley e Villermé publicados por volta de 1840 dão da classe operária uma imagem tão deplorável que, por um lado, a Igreja se sente obrigada a intervir ^[1] e que, por outro lado, apareçam e se desenvolvam as primeiras críticas do capitalismo. A primeira metade do século é assim o palco de um confronto entre duas ideologias: de um lado, um «liberalismo incondicional», seguro de si e dominador, que alcança a sua plenitude com Frédéric Bastiat (1801-1850); de outro lado um «socialismo romântico», para o qual a utopia é a razão de acreditar num mundo melhor devendo substituir o capitalismo, e que se encarna em personagens frequentemente fantasiosas e aventureiras ^[2] que têm como nome Robert Owen (1771-1858), o conde de Saint-Simon (1760-1823), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882), Auguste Blanqui (1798-1854), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1866), ou ainda William Godwin (1756-1836).

Todos, mesmo se em graus diversos, pensaram simultaneamente outros possíveis e tentaram colocá-los em prática. Todos são hostis ao sistema capitalista e ao seu fundamento essencial, a propriedade privada e desejam a sua substituição por uma sociedade de propriedade colectiva. Dois exemplos permitem delimitar a natureza da utopia desses personagens.

- Owen é certamente o mais romântico dentre eles. Nascido numa família pobre do País de Gales, torna-se aprendiz de tecelão com a idade de 9 anos, e o seu destino parecia então completamente traçado: a vida dura e cinzenta de um trabalhador galês. Mas o seu gosto pela aventura, as suas ideias sobre a justiça social, e uma imaginação transbordante, desviaram-no desse caminho. Depois de numerosas peregrinações, compra um conjunto de fábricas na sórdida aldeia de New Lanark e funda aí uma comunidade. Em 5 anos, a aldeia tornou-se irreconhecível, e em 10 anos, era mundialmente cé-

lebre. New Lanark respirava limpeza, nas fábricas pintadas a branco ou a amarelo, não trabalhava nenhuma criança, sendo a escola obrigatória; toda a punição era interdita e a disciplina livremente consentida; a assembleia-geral dos trabalhadores decidia as grandes opções respeitando a gestão das fábricas, como a da população determinava as regras da vida em comunidade. Além disso, New Lanark era próspera e rentável, e era este conjunto que conferia a sua celebridade. Owen estava convencido que a humanidade valia o que valia o seu meio, e este dava-lhe a «prova experimental». Não havia portanto nenhuma razão, pensava ele, de não alargar esta experiência ao mundo inteiro.

- Proudhon era igualmente de origem modesta : operário tipógrafo muito jovem, é autodidacta, e guardará toda a sua vida a obsessão de se ver desprezado para aqueles que fizeram estudos e que herdaram uma cultura que é impossível de adquirir sendo adulto. Defende a abolição pura e simples da propriedade («a propriedade é o roubo» clamará ele). Recusando na base toda a autoridade (neste sentido, é frequentemente considerado com um dos fundadores do movimento anarquista), propõe uma solução «mutualista» na qual os indivíduos iguais fazem contratos entre si; ele imagina um «banco de trocas» que faria crédito gratuitamente e emitiria uma nova moeda repousando sobre a garantia mútua de todos os participantes, e ele estabeleceu o projecto de uma «exposição permanente» onde cada trabalhador viria entregar os produtos do seu trabalho contra cupões utilizáveis para a compra de outros produtos, sendo a hora de trabalho o instrumento de medida.

Sonhar o impossível

No início dos anos 1870, o sistema capitalista entra na sua primeira grande crise. Esta durará até ao fim do século e será marcada pelas depressões de 1873, de 1879, de 1882-84, de 1890; as crises bolsistas sucedem-se aos craques; à vaga de livre mercado sucede um acentuar do protecçãoismo a partir de 1882; a pobreza contínua a desenvolver-se... Este longo período de dificuldades põe em causa o optimismo incondicional dos liberais da primeira metade do século, e parece dar razão às análises marxistas.

Por um lado, a burguesia deve renovar a sua ideologia económica, dando um aspecto científico às teses que justificam o seu poder e a sua prática: necessitam uma teoria cuja aparente neutralidade é susceptível de tornar credível o capital e o lucro, e que demonstre a superioridade da livre concorrência sobre qualquer outra forma de organização social. A Economia Política, pelas suas características demasiado críticos e tão pouco neutras, cede o seu lugar à

«Ciência económica», disciplina que utiliza os métodos matemáticos do cálculo marginal para analisar as acções dos indivíduos face à raridade dos recursos de que dispõem (daí o termo de marginalismo frequentemente utilizado para designar esta teoria). A prova seria assim «cientificamente» produzida de que o capitalismo é a organização económica e social a mais eficaz e a mais justa, e que todos os que propõem um outro tipo de sociedade não passam de sonhadores que nada compreendem das leis da ciência.

Por outro lado, a teoria de Karl Marx (1818-1883) afirma-se e propaga-se. Propõe não apenas uma análise crítica do capitalismo, mas uma «ciência da história»: o socialismo científico. E é em nome desta «ciência» que é convocada a classe operária a libertar-se do jugo da burguesia, e assim libertar toda a humanidade. O socialismo científico opor-se-á violentamente ao «socialismo utópico», o qual não teria nenhuma base científica e não forneceria nenhum meio à classe operária para conseguir instaurar uma sociedade melhor. A revolução russa de 1917 culminará esta fraseologia: o «mundo melhor», o socialismo, existe, não é mais de «parte nenhuma», a sociedade sem classes devendo conduzir ao comunismo construiu-se realmente; o sonho realiza-se e deporta a utopia para os caixotes do lixo da história.

É assim em nome da ciência que a história se inverte: querendo pensar outros possíveis, a utopia será apresentada no século XX como um sonho impossível, tal como o testemunham os envios sinónimos dados pelo dicionário *Petit Robert* ao artigo «utopia»: quimera, ilusão, miragem, sonho, devaneio.

Novo século, novas utopias ?

Certamente podemos pensar que ao longo de todo o «curto século XX» (E. Hobsbawm), tanto a sociedade de concorrência pura e perfeita como o comunismo funcionaram no imaginário social como utopias, isto é como quimeras, ilusões, miragens..., e não estaríamos completamente enganados ^[3]. Mas é mais fácil de pensá-lo agora, depois das crises que afectaram o mundo capitalista e o mundo soviético no último terço do século tenham mostrado o seu verdadeiro rosto. A partir do fim da segunda guerra mundial, e até meados dos anos 1970, «as utopias eram reais»: os «trinta gloriosos» não pareciam dever terminar-se, e os «sucessos» da União Soviética serviam de modelo a um número crescente de países tendo acedido à sua independência e para as classes operárias das nações mais desenvolvidas. Nesta época, eram considerados como «utopistas», e portanto como sonhadores marginais, esses que pensavam que era possível «trabalhar duas horas por dia» (Adret), aqueles que reivindicavam o «direito à preguiça» (Lafargue), esses que criavam «comunidades» mais ou menos agríco-

las, bem como todos aqueles que «pediam o impossível» para retomar uma «palavra de ordem» de 1968...

Vivemos hoje, neste início do século XXI, uma espécie de paradoxo. As capacidades transformadoras fornecidas pelas tecnologias da informação e da comunicação são consideráveis, e todas as razões de querer mudar o trabalho e a vida estão presentes: a nossa sociedade deveria ser portadora de um desejo utópico exacerbado, como foi o caso no momento da revolução industrial, simultaneamente por espírito crítico e por vontade de imaginar um outro possível. E portanto, não vislumbramos nenhum impulso utópico, mas pelo contrário uma crise do futuro, uma paralisia da nossa imaginação do futuro, um esgotamento das vanguardas, um enfraquecimento dos grandes discursos de emancipação... O papel da utopia parece comprometido e parece apagar-se do nosso horizonte.

Esta «crise do pensamento utópico» tem certamente várias causas, da análise das quais deveria poder deduzir-se uma saída possível:

- O desmoronamento da força propulsiva dos «modelos», quer sejam capitalistas, socialistas, autogestionários ou outros, ninguém quer mais imaginá-los enquanto modelos ideais, e ninguém aceita mais vivê-los enquanto modelos de governabilidade; as experiências do século XX, nomeadamente a experiência soviética (mas seria necessário acrescentar as experiências nazi e fascistas, as experiências de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, etc.) mostraram todas que a felicidade da humanidade não podia conceber-se no quadro de «sociedades modelo» às quais os seres humanos devem conformar-se e obedecer às suas normas;
- Os efeitos das crises que acompanharam o desmoronamento dos modelos (deterioração das condições de realização do trabalho, crescimento da pobreza e das desigualdades, colocação em causa da protecção social, etc.) conduziram inevitavelmente a não imaginar um futuro melhor, mas a mistificar o passado; alguns (talvez não muito numerosos) lamentam o desaparecimento da sociedade soviética e o papel que ela desempenhava no plano internacional, nomeadamente no apoio que prestava aos povos do Terceiro Mundo lutando contra o imperialismo; e muitos consideram que o crescimento industrial, o pleno emprego e a protecção social que os «trinta gloriosos» traziam aos países ocidentais são referências incontornáveis para o hoje e amanhã;
- Enfim, o insucesso das experiências social-democratas, tanto nos países do Norte como nos do Sul, na sua vontade anunciada de «mudar a vida» reduz ainda as perspectivas transformadoras globais, e marginaliza as tentativas de viver e trabalhar de outra forma.

Nestas condições, se a vontade utopista pretende sair da crise que atravessa, é preciso que pense outros mundos possíveis em vias novas. Algumas premissas podem eventualmente nidificar das teses sobre o decréscimo ou sobre a ecologia. Mas o essencial encontra-se certamente noutra lugar: na procura de uma sociedade democrática, na qual todas as pessoas humanas seriam admitidas como iguais em todas as dimensões da igualdade, da cidadania ao reconhecimento dos seus saberes, renovando assim o esforço que foi feito desde há três séculos pela filosofia das luzes.

Notas

[1] A «doutrina social da Igreja» no século XIX é ainda hoje um domínio fortemente controverso. É inegável contudo que algumas importantes figuras cristãs reagem perante as injustiças sociais. Em França, é preciso citar Félicité de Lamennais (1783-1854) e Henri Lacordaire (1802-1870). Todos serão no entanto desaprovados pela Igreja.

[2] E frequentemente místicos : Saint-Simon dará origem a seitas fortemente hierarquizadas e submetidas a ritos duvidosos, Fourier tomava-se como Jesus e Newton simultaneamente...

[3] No filme francês «Tout le monde n'a pas eu la chance d'avoir des parents communistes», a heroína consola uma amiga que acaba de ser abandonar pelo seu amado dizendo-lhe: «tu verás, com o comunismo, deixará de haver desgostos de amor.»!

ES

Utopia

FR

Utopie

EN

Utopia

Como referenciar este artigo?

Di Ruzza, R. (2011). Utopia.
Laboreal, 7, (1), 115-118.

<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:555582>